



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

Sub-eixo: Relações étnico-raciais, povos indígenas, negros/as, quilombolas, ribeirinhos e desigualdades

CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO RACIAL, POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: notas introdutórias

SIMONY SILVA OLIVEIRA ¹

RESUMO: O presente artigo, de natureza teórica, faz considerações sobre a questão racial no Brasil, com recorte histórico que aborda os marcos de surgimento e implementação das políticas públicas no país, correlacionados ao processo de implementação do Serviço Social no Brasil. Busca-se empreender uma retomada histórica da formação social brasileira que se estruturou a partir do escravismo mercantil, com base em revisão bibliográfica, orientando-se no sentido de compreender como questão social, política social e Serviço Social se correlacionam na perspectiva de compreensão dos processos sociais brasileiros sob a perspectiva que considera as bases históricas que fundamentam a recondicionam a questão racial.

Palavras-chave: Questão racial. Questão social. Política social. Serviço Social.

ABSTRACT: This article, of a theoretical nature, makes considerations about the racial issue in Brazil, with a historical approach that addresses the milestones of

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal De Mato Grosso

emergence and implementation of public policies in the country, correlated to the process of implementation of Social Work in Brazil. It seeks to undertake a historical resumption of the Brazilian social formation that was structured from the mercantile slavery, based on a bibliographic review, oriented towards understanding how social issues, social policy and Social Service are correlated in the perspective of understanding the processes Brazilian social networks from the perspective that considers the historical bases that underlie and recondition the racial issue.

Keywords: Race issue. Social issues. Social policy. Social service.

INTRODUÇÃO

O texto que segue tem por intuito trazer reflexões sobre a questão racial no contexto da formação da sociedade brasileira, enraizada em seus aspectos econômico, político e social, tendo como objetivo refletir sobre a implementação das políticas sociais, com origem demarcada temporalmente na Era Vargas, e com a institucionalização do Serviço Social no país, a fim de estabelecer interconexões analíticas e possibilidades interpretativas.

A questão racial na sociedade brasileira, cuja origem encontra-se no sistema escravagista que caracterizou o país até o século XIX, é uma questão central, elemento intrínseco à formação social brasileira. Essa característica constituinte da escravização se expressa na exploração, na dominação e na subalternização, que permanecem enraizadas na sociedade, de tal forma que verificamos diversas práticas racistas e discriminatórias.

Embora a questão racial se configure como um fenômeno central para o debate da formação da sociedade brasileira, no sentido de problematizar a estrutura da desigualdade

no país, que foi silenciada em um largo espaço temporal, sendo que só recentemente vem ganhando notoriedade (ELPIDIO, 2020).

Este texto trata-se de um estudo teórico realizado na Disciplina de Política Social, e articula-se com o objeto de pesquisa de mestrado em andamento – questão racial no âmbito do Serviço Social. Assim, será utilizada uma combinação de pesquisa bibliográfica para apreensão e análise do objeto proposto.

O presente artigo organiza-se em duas partes. Na primeira parte, será apresentada uma breve discussão sobre o processo de formação social brasileiro, destacando-se o sistema escravista mercantil e as origens da questão racial brasileira. Na segunda parte, problematiza-se a questão racial em sua relação com a implementação das políticas sociais e com o Serviço Social, sinalizando para alguns apontamentos acerca dessa interconexão e a urgência do debate.

1 O SISTEMA ESCRAVISTA MERCANTIL E A AS ORIGENS DA QUESTÃO RACIAL BRASILEIRA

A compreensão de como a questão racial se desdobra num conjunto de desigualdades históricas que culminam em elementos estruturais que fundam as expressões da questão social, nos remete ao entendimento do processo de formação econômica e social do país, em como a questão racial está estruturada na sociabilidade e no pensamento social brasileiro. Sendo assim, se faz necessário contextualizar, ainda que de forma breve, sobre as origens da formação brasileira, e da chegada dos escravizados africanos ao Brasil.

Busca-se compreender como a desigualdade social atinge majoritariamente a população negra no país. População essa que contribuiu e contribui com a formação

socioeconômica do país, porém é a partir da constituinte da chegada dos escravos no país, que a desigualdade social e a questão social, emergem concomitante na estruturação do racismo na sociedade brasileira.

Segundo Silva (2014, p. 44), os primeiros traços de organização política, econômica e social aparecem em “1534, colonos portugueses (nobres de poucas posses) vieram para cá e se estabeleceram em capitânicas hereditárias, [...] adotada para povoar e produzir riqueza para a Coroa”. Nesse contexto, tem-se início a diáspora africana², como descreve Abdias Nascimento em sua obra “O Genocídio do Negro Brasileiro”, assinalando que:

A imediata exploração nova da terra se iniciou com o simultâneo aparecimento da raça negra, fertilizando o solo com suas lágrimas, seu sangue, seu suor e seu martírio na escravidão. Por volta de 1530, os africanos, trazidos sobre correntes, já aparecem exercendo seu papel de “força de trabalho”; em 1535 o comércio escravo para o Brasil estava regularmente constituído e organizado, e rapidamente aumentaria em proporções enormes (2017, p. 57).

Neste processo, a organização social que se buscava estruturar até então, com a dominação e escravização dos povos indígenas fracassou, devido à resistência oferecida por esses povos. Duas estratégias foram utilizadas pelos colonos para escravizá-los: a primeira de uso coercitivo e a outra pela evangelização, o que não trouxe resultados duradouros. A resistência dos indígenas está relacionada ao seu modo de vida, e se deu pela fuga e pela negação trabalho forçado. Outro fator determinante para que os indígenas não fossem mais resgatados, se deu pelo surto de epidemias trazidas pelos homens brancos que dizimou cerca de 60 mil índios. Tais acontecimentos explicam a substituição de mão-de-obra indígena pela africana, com a massificação do tráfico de pessoas do continente africano, a partir, sobretudo, de 1570).

Ainda de acordo com Silva (2014, p. 44), “foi assim que se formou a sociedade colonial brasileira: entre 1530 e 1822, época da sua Independência ou do “fim” de seu

2A diáspora africana é o nome dado a um fenômeno histórico e social caracterizado pela imigração forçada de homens e mulheres do continente africano para outras regiões do mundo. Esse processo foi marcado pelo fluxo de pessoas e culturas através do Oceano Atlântico e pelo encontro e pelas trocas de diversas sociedades e culturas, seja nos navios negreiros ou nos novos contextos que os sujeitos escravizados encontraram fora da África (ANDRADE, 2017, p. 01).

estatuto colonial. O modo de produção escravista no Brasil durou cerca de 300 anos (de 1550 a 1850), cerca de 4,9 milhões de africanos foram traficados para o continente brasileiro, estima-se que no mundo todo foram um total de 08 a 11 milhões (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p.81). Desde a diáspora africana², da chegada dos negros ao Brasil, essa população era desprovida de qualquer direito e eram vistos como uma função meramente econômica.

No que se refere a comercialização de escravos tem-se que,

[...] somente a escravidão era a forma de trabalho adequada ao sistema colonial porque somente ela, através da exploração econômica e extra-econômica do trabalhador, com um nível de coerção social despótico e constante, poderia extrair o volume de produção que fizesse com que esse empreendimento fosse compensador (Moura, 1994, p. 39).

Como mencionado, é a partir de 1570 que o tráfico de africanos para o Brasil passou a ser incentivado e intensificado. Além do valor mercantil, os colonizadores descobriram que os escravos possuíam habilidades e conhecimentos para o manuseio da agricultura, o que contribuía com a produção açucareira, bem como outras habilidades com o ferro e o gado (FAUSTO, 2006, p. 51).

Sobre este período e no que tange a chegada das pessoas escravizadas para a produção manufatureira, Nascimento (2017, p. 59) relata que “o papel do negro foi decisivo para o começo da história econômica de um país fundado, como era o caso do Brasil, sob o signo do parasitismo imperialista. Sem escravo, a estrutura econômica do país jamais teria existido”. Segundo o autor, foi o negro o responsável pelo surgimento da nova sociedade, ao tempo que seu trabalho configurava a espinha dorsal da colônia.

A partir daí entende-se o quanto o comércio de escravos era uma atividade altamente lucrativa, não somente devido a força produtiva escravista ser de bom rendimento, mas porque o sistema escravista atendia aos interesses dos senhores de engenho, pois necessitava de mão-de-obra para trabalhar na produção açucareira, da Metrópole que comprava o produto e da Coroa, afinal quem traficava também tinha que pagar impostos.

Moura (1994), em sua obra “Dialética radical do Negro no Brasil”, destaca que a mão-de-obra escravizada se pautava em atividades em lavouras, engenhos ou mesmo em trabalhos domésticos, e um número considerável de escravos foram direcionados para trabalhar com a extração do ouro. Sobre essas atividades, o autor também destaca “para que a divisão deste tipo de trabalho funcionasse racionalmente houve uma necessidade de uma estratificação no interior das relações escravistas no Brasil” (MOURA, 1994, p. 42).

O escravismo pleno, assim denominado por Clóvis Moura, perdurou por 03 (três) séculos. No entanto, não se pode dizer que a população escravizada era totalmente submissa. Nesse período, ocorriam lutas e resistência contra o modo de produção escravista. Para Nascimento (2017), os negros se manifestavam contra o trabalho compulsório desde o início do sistema, ora contra a forma benevolente dos colonos, ora contra a naturalização da exploração da sua força de trabalho. Como formas de resistência existiram, segundo Fausto (2006, p. 54), “as fugas individuais ou em massa, agressões contra senhores e outros tipos de resistência cotidiana fizeram parte das relações entre os senhores e escravos desde o início desde os primeiros tempos”.

No Brasil Colônia se instituíram inúmeros quilombos, com tamanhos e períodos de duração variados. Os quilombos tinham a função de servir como local para os escravos se refugiarem buscando proteção. Também representavam uma forma de organização social semelhante às que existiam no continente Africano. Dentre os quilombos mais conhecidos está o de Palmares, que era um território extenso e povoado, além de ser uma forte organização político-militar, situada hoje no estado de Alagoas. Teve como líder Zumbi dos Palmares, e resistiu por quase cem anos aos ataques dos portugueses e holandeses, quando, em 1695, sofreu um brutal ataque que culminou na captura e morte de seu líder.

As pessoas escravizadas encontraram grandes dificuldades para se organizar e lutar contra a escravidão. Por estarem “desenraizados de seu meio”, não tinham alternativa a não ser a adaptação. Não poderiam contar a Igreja, nem a Coroa Portuguesa que não eram contrárias à escravização do negro (FAUSTO, 2006).

Segundo o autor, alguns fatores foram utilizados como justificativa para o modo de produção escravista: o primeiro, era que a escravidão era “uma instituição” já existente no continente africano; o segundo era o negro ser racialmente inferior. Este último fator está atrelado ao avanço das teorias racistas no século XIX que tendenciosamente para o

preconceito. Entende-se aqui que o africano escravizado, além de restar despossuído de si mesmo, considerado inferior, era tido como objeto apenas, o que dá origem as formas de racismo que se perpetuam na sociedade brasileira.

Neste período da escravidão, importante salientar, vinha se desenhando o movimento abolicionista, com a promulgação de leis como a Lei Eusébio de Queirós (1850), Lei do Ventre Livre (1871) e Lei dos Sexagenários (1885). Este movimento era composto diversos segmentos da sociedade que se manifestavam fortemente contra a escravidão e pressionavam algumas províncias. Foi nesse contexto que províncias declararam a extinção da escravidão, algumas no ano de 1884, entre elas Amazonas, Ceará e Porto Alegre Moura (MOURA, 1994).

A campanha abolicionista ganhou força em diversas províncias, como Rio Grande do Sul, Goiás, Pará, Rio Grande do Norte, Piauí e Paraná. Além das revoltas organizadas pelos africanos refugiados em quilombos, que lutavam em prol da liberdade, o Estado e a elite não tiveram outra opção a não ser ceder às campanhas abolicionistas organizadas e mobilizadas por pessoas de várias camadas sociais tendo o Brasil extinguindo o sistema de escravidão (MARINGONI, 2011).

Contudo, mesmo em meio a esse movimento abolicionista, “uma coisa não se altera: o escravo continua uma propriedade, ou uma coisa, ou para usarmos o conceito econômico certo, ele continua sendo capital fixo” (MOURA, 1994, p. 83).

Outro fator que contribuiu para o processo de abolição foi o modelo de economia que não estava mais sendo rentável, uma vez que o Brasil experimentava profundas mudanças com a expansão mercantil, com novos interesses econômicos diferentes daqueles caracterizado na cafeicultura (IANNI, 1987). A esse respeito, o autor assinala que o cafeicultor se depara com a situação de que investir no escravo se tornou altamente oneroso, e evidências apontavam a para a amplitude do risco desse investimento. Para o autor, "em outros termos revela-se ao empresário uma sorte de antagonismo, ou incompatibilidade do trabalhador escravo e a possibilidade da ampliação da possibilidade de lucro" (IANNI, 1987, p. 16).

Após a promulgação das leis abolicionistas, em 13 de maio de 1888, a escravidão foi oficialmente abolida no Brasil pela Lei Áurea. Tardamente, o Brasil foi o último país a abolir

um sistema de trabalho totalmente desumano. Conforme Castro (2014), "a última nação das Américas a abolir essa escravidão africana inventada por Portugal, a nação que mais teimosamente se agarrou às suas pessoas escravizadas até o último minuto possível". Na verdade, o que se pode dizer é que a Lei Áurea representou de uma pseudoliberalidade, uma vez que "esta é uma história de tragédias, descaso, preconceitos, injustiças e dor. Uma chaga que o Brasil carrega até os dias de hoje" (CASTRO, 2014).

Com base nesse contexto, podemos compreender que a formação social, econômica, política e cultural do país tem seu início no período colonial, baseia-se numa colonização cuja economia gerava em torno da monocultura para atender aos interesses comerciais da Metrópole, tendo como compradores os europeus. E assim, grandes propriedades rurais no nordeste brasileiro surgiam. Para atender essa produção, utilizou-se da mão-de-obra escrava, a princípio coma tentativa de escravização dos povos indígenas, e, posteriormente com a substituição pela mão-de-obra de pessoas africanas escravizadas, retiradas à força do seu continente e tratados como coisa. Nessa esteira, estruturou-se a sociedade entre dominantes, inclui-se aqui os brancos europeus com posses, e os dominados, negros e indígenas (PATRÍCIO, 2013).

O fim do sistema escravista imprimiu marcas irreparáveis a população negra. A opressão perdurou por várias décadas, e com a transição do capitalismo colonial/mercantil para o comercial, percebe-se a continuidade nos processos de dominação e exclusão.

A abolição da escravidão garantia a liberdade, mas não proporcionou condições dignas de sobrevivência aos ex-escravos, pois muitos continuavam a trabalhar nas mesmas fazendas, poucos conseguiam trabalhar por conta própria. Ao analisar esse movimento Costa (2004, p. 60) destaca que,

Não podemos confundir os interesses em jogo: ao defender o fim da escravidão, o abolicionismo institucional pretendia, fundamentalmente, promover o desenvolvimento econômico do país; não lutava por qualquer medida reparatório às vítimas do cativeiro. Em outros termos, não era um movimento de inclusão do na sociedade global. Tais abolicionistas defendiam, em última instância, a causa "branca". Por isso, foram insensíveis diante da marginalização do manumitido.

Sobre o abolicionismo, Domingues (2004, p. 59) assevera que “articulou um movimento que, apesar de lutar pelo fim da escravidão, não tinha compromisso social com o destino dos escravos [...] e o ex-escravo ficando totalmente desassistido”. A lei, de caráter conservador, não continha nenhuma política de integração ao mundo do trabalho, ou qualquer sistema de proteção social, para diminuir as desigualdades sociais e desconstruir a relação classe/cor instituídas.

Esse processo de transição da Colônia para o Império foi marcado por legislações de cunho excludente e discriminatória, onde os negros agora livres foram privados do acesso ao trabalho livre. No que se refere a ocupação do espaço territorial, não tiveram acesso à terra, uma vez programas e políticas imigratórias foram instituídos para atender o ideal de branqueamento do país. No advento da República essas políticas de favorecimento à imigração se fortaleceram, regulamentadas, atendendo ao caráter eugenista da seleção racial (DOMINGUES, 2004).

2 QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: IMBRICAÇÕES PARA A COMPREENSÃO DA QUESTÃO RACIAL BRASILEIRA

A questão social se manifesta entre a contradição do modo de produção capitalista e a força de trabalho. O proletariado deve vender sua força de trabalho para sobreviver, sob a égide da exploração do capital. Esta contradição, se molda por meio da acumulação capitalista de riqueza que é socialmente produzida pelos trabalhadores, a qual os capitalistas se apropriam, ou seja, o proletariado produz, mas não usufrui dessas riquezas (MARX, 2013).

Segundo Castelo (2006, (p. 16, 2006), o estado Britânico subsidiou estudos sobre a questão social em meados do século XIX entre 1830 e 1840. Porém, somente em 1845, o Estado começa a percorrer as fábricas. De acordo com o autor, os estudos revelaram que a “questão social” era estritamente relacionada à concentração populacional, imigração do

campo para a cidade, urbanização, industrialização e baixa eficiência do Estado na área social a partir das Lei dos Pobres.

Ainda de acordo como o autor, a burguesia só se interessou pelas condições de vida dos operários após a organização da classe, travando lutas através de comitês e sindicatos, lutas que tiveram grande repercussão política. Só assim, para o que antes era ignorado pela classe burguesa passa a ser visto como um problema a ser resolvido. Para Castelo (p. 16, 2006) “a partir das lutas sociais e políticas do proletariado, surge a “questão social”.

No cenário brasileiro é inquestionável que o surgimento da questão social está atrelado à transição do trabalho escravo para o trabalho livre. É sabido que a formação social brasileira fora construída sob o modo de produção escravista e também no processo de abolição dos ex- escravos durante esse trânsito inúmeras questões emergiram, tornando-se latentes na sociedade. Partindo dessa premissa, e do contexto das condições precárias de trabalho que emergem desde o abolicionismo, ocorre o surgimento da Questão Social. Iamamoto e Carvalho (p. 125 2009), destacam que “seu aparecimento, diz respeito diretamente à generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente”.

Com o advento do capitalismo, ocorre o surgimento da sociedade em classes e por conseguinte a desigualdade social. O seu surgimento trouxe a presença do antagonismo que, intrínseco à sua estrutura, fez desenvolver uma sociedade permanentemente desigual.

De modo complementar, a Questão Social surge do antagonismo capital X trabalho, buscando-se a manutenção da ordem burguesa. Segundo Ianni (1989) ela advém de épocas de crise e ganha centralidade, resultando, nas palavras do autor, de um “descompasso desigual”, oriundas das relações conflitivas entre o urbano e o rural. Ainda de acordo com o autor, “a questão social está na base dos movimentos da sociedade” (IANNI, 1989).

Para Silva (2014), embasada na compreensão de Octávio Ianni, a Questão Social se deu no Brasil, ainda que de forma latente, desde o período colonial, onde se é possível encontrar as raízes das desigualdades existentes em nossa sociedade. Essas desigualdades culminam na presença do racismo, como consequência da exploração da

mão-de-obra escrava e a segregação histórica, social e econômica a qual a população negra foi submetida desde então.

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2009), os proletários foram expostos a forte exploração, o que desencadeou em processos de lutas sociais que ameaçavam os valores morais, religiosos e a ordem pública para a classe dominante. Assim, a classe burguesa vê a “necessidade do controle social da força de trabalho”, pressionando o Estado a regulamentar juridicamente o mercado de trabalho. Nesse momento, as leis sociais se configuram com um marco importante para os proletários devido às suas precárias condições de vida.

Conforme o desenvolvimento do capitalismo a relação capital x trabalho, a Questão Social, que não tinha atenção da sociedade, a partir dos movimentos da classe operária, começa a ser percebida e assim passa a ter atenção do Estado. Para Silva (2014), “as lutas sociais” tornaram-se premissa do Estado, da Igreja e da burguesia, pois confrontavam a ordem burguesa. Assim, “a questão social teve sua legitimidade retardada na nossa sociedade especialmente quando o Estado lhe dispensou um tratamento paliativo tardio, apenas para garantir os interesses dominantes” (SILVA, 2014, p. 42).

Iamamoto e Carvalho (2009, p. 127) destacam que,

Ao mesmo tempo, a questão social deixa de ser apenas contradição entre os abençoados e desabençoados pela fortuna, pobres e ricos, ou entre dominantes e dominados, para constituir-se, essencialmente, na contradição antagônica entre burguesia e proletariado, independentemente do pleno amadurecimento das condições necessárias à sua superação. A nova qualidade que assume a questão social, nos grandes centros urbanos-industriais deriva, assim, do crescimento numérico do proletariado [...].

Voltando à nossa herança cultural, tendo em vista que “a questão social emerge ainda nas raízes coloniais”, que resulta na precarização das condições de vida e trabalho dos proletários, culminando com a (re)produção permanente das desigualdades sociais. Mota (2008, p. 21) sinaliza que “as condições de vida e trabalho do enorme contingente de pessoas que vivem à margem da produção e do usufruto da riqueza socialmente produzida

são reveladoras de que a desigualdade social é inerente ao desenvolvimento do capitalismo e das suas forças produtivas”.

Assim, entende-se que a Questão Social é uma categoria primordial, no tocante em que o pauperismo aparece em cena dentre as diversas expressões, cabe aqui compreensão de que as relações sociais do capitalismo cuja mesma é pautada na acumulação de riqueza culmina na produção das desigualdades.

Em continuidade, a política social, na história, está relacionada à questão social, compreendida como expressão das relações de produção e reprodução social capitalista, também como respostas do Estado respostas às classes sociais, sendo mais tarde absorvida pelo Serviço Social (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Para as autoras,

A conexão entre a política social e serviço social no Brasil surge com o incremento da intervenção estatal, pela via de processos de modernização conservadora (BEHRING, 2003), a partir dos anos de 1930. E expansão do papel do Estado, em sintonia com as tendências mundiais após a grande crise de 1929, mas mediada pela particularidade histórica brasileira, envolveu também a área social, tendo em vista o enfrentamento das latentes expressões da questão social, e foi acompanhada pela profissionalização do serviço social[...] (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 13).

Sendo assim, considera-se que o surgimento das políticas sociais se dá no sentido em responder à questão social, ao mesmo tempo vincula-se ao surgimento do Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009).

Destarte, a implementação de políticas sociais, bem como a criação de instituições assistenciais, partem como pretensão de conter os conflitos entre a classe operária e a burguesia, tendo isso como objetivo principal do Estado em resposta às expressões da Questão Social.

Para Bravo (2009, p. 91), “a conjuntura de 1930, com suas características econômicas e políticas, possibilitou o surgimento de políticas sociais de forma orgânica e sistêmica”. Assim através da organização e reivindicações da classe trabalhadora, que vinha sofrendo com o processo da industrialização, o Estado inicia as suas primeiras intervenções diante da dinâmica da acumulação do capital industrial.

O Governo de Getúlio Vargas (1930 - 1945) foi conhecido por um Estado regulador e corporativista que fortaleceu a indústria, o carro forte para o crescimento econômico do país. Além do fortalecimento da economia, seu governo se torna hegemônico devido às alianças políticas de Getúlio com a burguesia.

Desse modo, iniciou a criação das políticas sociais criando a Lei Eloy Chaves, considerada o marco legal das políticas sociais no Brasil. Surge então sob a égide do seguro social, e tinha como objetivo à proteção social destinada aos trabalhadores ferroviários do Brasil contribuintes da previdência social (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Vargas vinha seguindo modelos de países desenvolvidos, e a década de 1930 ficou conhecida pelo início da regulação das leis trabalhistas no Brasil. Em 1930, o Ministério do Trabalho foi criado. Em 1932 foi criada a carteira de trabalho, medidas que tinham como objetivo criar uma força de trabalho para atender a indústria em desenvolvimento no país. Essas intervenções do Estado apesar de seguir modelos de fora estão para um “caráter corporativo e fragmentado, distante da perspectiva da universalização de inspiração Beveridgiana (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 106)

A criação dessas instituições requiritava profissionais para atuar a frente a esses auxílios. Nesse sentido, o Serviço Social absorveu essas demandas ao tempo que se vê no processo de controle da classe operária, por meio da perspectiva de ajuste moral.

No tocante as categorias que constituíram a formação sócio-histórico brasileira, e que refletem na Questão Social, a escravidão e o patriarcado “não estão descolados das raízes latentes da nossa questão social representada no contexto da colonização, pela questão étnica e pelo trabalho forçado, motivos de tantos conflitos sociais e raciais que ainda não foram superados” (SILVA, 2019, p. 49).

Conforme as análises de Costa & Rafael (2021), seguindo as pistas de Netto (2001), o aprofundamento das pesquisas sobre as particularidades da formação sócio-histórica brasileira para melhor compreensão das raízes da questão social que transita de sua latência no período colonial para uma condição explícita com a generalização do trabalho livre na industrialização capitalista e a organização política dos trabalhadores no início do século XX por melhores condições de trabalho e vida.

Ainda de acordo com Costa & Rafael (2021), é inegável a imbricação entre o racismo, patriarcado e o capitalismo na composição da questão social brasileira. Corroboram com a tese de que o racismo e o patriarcado no capitalismo dependente brasileiro se configuram como elementos estruturais que fundam a questão social, cujas expressões na realidade atingem histórica e majoritariamente a população negra e as mulheres, sobretudo, as mulheres negras cuja força de trabalho é ainda mais precarizada.

Assim, racismo e patriarcalismo na realidade brasileira operam como estruturas a serviço do capital para manutenção da exploração do trabalho e, conseqüentemente, perpetuação das desigualdades de classe, raça e gênero. Nesse contexto, sobre o patriarcado, Silva comunga que “enquanto fenômeno político característico do período colonial, atravessa-o e tem presença forte em processos políticos bastantes atuais - o que chamaríamos hoje de ranço do conservadorismo, ou ainda nuances de uma sociedade estamental” (SILVA, 2019, p. 53).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A profissão do Serviço Social tem sua gênese em uma sociedade cujo passado recente se desenvolveu através da exploração desumana e perversa provocada pela apropriação do trabalho escravizado. Esta formação social permitiu, de forma direta e

indireta, que o racismo se solidificasse e reproduzisse, acirrando os antagonismos e conflitos que compõem as relações sócio-raciais. O caminho proposto nos permitiu perceber que a abolição do trabalho escravista não envolveu um processo emancipatório da população negra. Contrariamente, culminou em um projeto do Estado de marginalização da população negra na sociedade capitalista. Esses apontamentos servem de base para analisar como em seu surgimento e desenvolvimento, o Serviço Social brasileiro tem se comprometido com o combate ao racismo – principalmente o institucional – no âmbito da categoria profissional.

A inserção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho é inerente à sociedade capitalista (IAMAMOTO, 1985). Mas, não se pode negar, existem conflitos e antagonismos que não surgem com ou decorrente do capitalismo, e pode-se supor que, mesmo com a sua superação, tais conflitos e antagonismos podem permanecer em outra forma de produzir e de se relacionar socialmente. Os eixos estruturantes da sociedade capitalista – o racismo, o sexismo e o patriarcado – determinam como as classes e os grupos sócio-raciais vão se relacionar com o modo de produção.

A luta de classes é um dos palcos dos antagonismos e conflitos raciais, é o resultado possível de uma sociedade com a marcas latentes e visíveis da sociedade escravista mercantil. Assim, é possível “[...] afirmar que o fator raça/cor é determinante para a exclusão ou inclusão dos indivíduos” (ALMEIDA, 2015, p. 313). Por esse motivo, ao considerar a centralidade da luta de classes na conformação da Questão Social brasileira e suas imbricações com o Serviço Social, deve-se buscar compreender como o racismo se perpetuou e perpetua na divisão das classes sociais. Este entendimento e sua decorrente compreensão e afirmação como eixo central nos processos formativos é tarefa urgente tanto ao Serviço Social quanto à implementação das políticas sociais no país.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A, L, S. **Diáspora africana. São Paulo, 2017.** Disponível em <https://www.geledes.org.br/diaspora-africana/>. Acesso em 22 jan. 2020.

CASTELO, R. A “**questão social**” na origem do capitalismo: pauperismo e luta operária na teoria social de Marx e Engels. Dissertação de mestrado. UFRJ, 2006

COSTA, R. G; CARRIJO R. J. **Questão social e sua particularidade no brasil: imbricação entre patriarcado-racismo-capitalismo**. Temporalis, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 77-93, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36479> Acesso em: 19 de jun. 2022

DOMINGUES, P, J; BARBOSA, Wilson do Nascimento. **Uma História não contada: negro, racismo e trabalho no pós-abolição em São Paulo (1889-1930)**. 2001.Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

ELPIDIO, M, H. **Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional. Política, Ciência e Mundo das Redes. Katálasys**, Florianópolis (SC), v. 23 n. 3 p. 519-527, set./dez. 2020 Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592020v23n3p519>. Acesso em: 21 de jul. de 2022

ABEPSS. **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social**. Brasília (DF), 2018. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf. Acesso em: 20 de jul. de 2022.

GUIMARÃES, A. S. A. **A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos)**. Tempo Social, S. Paulo, v. 13, n. 2, p. 121-42, nov. 2001. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702001000200007> Acesso em: 10 de jun. 2021.

GUIMARÃES, A. S. A. **Intelectuais negros e formas de integração nacional. Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, p.271-84, 2004. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000100023>. Acesso em: 20 jun. 2021.

IAMAMOTO, M. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo : Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 18. ed. São Paulo : Cortez, 2009.

IAMAMOTO, M. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5. ed. São Paulo : Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M. **A questão social no capitalismo**. Temporalis, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, jan./jun.2001b.

IANNI, O. **Raças e Classes Sociais no Brasil**. 3.ed. São Paulo : Brasiliense, 1987.

IANNI, O. **A Questão Social**. Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 05, n. 01, 1991.

MARINGONI, G. **O destino dos negros após a Abolição. Ano 8 . Edição 70. São Paulo, 2011.**

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOTA, A. **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. Recife : Ed. Universitaria da UFPE, 2006.

MOURA, C. **Sociologia do negro no Brasil**. São Paulo : Editora Ática, 1988.

MOURA, C. **Dialética radical do brasil negro**. São Paulo : Fundação Maurício Gabrois; Anita Garibaldi, 1994.

NASCIMENTO, Abdias do Nascimento. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 1º reimp. 2º ed. São Paulo : Perspectiva, 2017.

NETTO, J. P. **Cinco Notas a propósito da “questão social”**. Temporalis, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, jan./jun.2001 2001.

SANTOS, J. S. **“Questão Social”:** particularidades no Brasil. São Paulo : Cortez, 2012.

SILVA, I. M. F. **Questão Social e Serviço Social no Brasil: fundamentos sociohistoricos**. 2. ed. Campinas : Papel Social, 2014.

SCHWARCZ, L. M. STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo : Companhia das Letras, 2015.